

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Maputo, 7 de JULHO, 2022 Número 75

Português

FMI DESEMBOLSA PRIMEIRA TRANCHE PARA O FINANCIAMENTO DO OE

Governo deve gerir expectativas e aproveitar o espaço fiscal para reforçar os sistemas de protecção social

- Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá desembolsar, ainda este mês, a primeira tranche no valor de 91 milhões de dólares norte-americanos, perto de 5,8 mil milhões de meticais, ao abrigo da Linha de Crédito Ampliada (ECF, na sigla inglesa). A informação foi avançada recentemente pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF), que pretende usar os recursos para “converter a trajetória da dívida para níveis sustentáveis”.





Os recursos serão canalizados para o financiamento directo do Orçamento de Estado (OE) de 2022, após seis anos de suspensão devido ao escândalo financeiro das dívidas ocultas. A primeira injeção de recursos ao OE no âmbito do programa trienal de 456 milhões de dólares do FMI deverá ser aplicado para “endireitar” o orçamento, financiando “despesas específicas”, segundo explicação do porta-voz do MEF, Alfredo Mutombene, citado pelo jornal Notícias, edição de segunda-feira, 4 de Julho de 2022.

Concretamente, o Governo pretende usar os recursos concessionais para financiar as despesas com o serviço da dívida pública, “convertendo a sua trajectória para níveis sustentáveis”. Mas até que ponto?

Ora, segundo dados do Plano Económico e Social e Orçamento de Estado (PESOE), a componente de despesas com o serviço da dívida pública deverá alcançar cerca de 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB) ainda este ano, na ordem de 91 mil milhões de meticais, 15 vezes superior aos 91 milhões de dólares que o FMI vai desembolsar imediatamente. Aliás, o montante referente ao serviço da dívida encontra-se bem acima do valor global de 456 milhões de dólares (29 mil milhões de meticais) que serão desembolsados

ao abrigo do programa do FMI.

A questão que se coloca é como este valor - que sequer cobre as despesas com o serviço da dívida de apenas um exercício económico - poderá colocar a dívida de mais de 17 mil milhões de dólares, o equivalente a mais de 893 mil milhões de meticais (108% do PIB), em níveis sustentáveis? É certo que o referido desembolso deverá permitir ao Governo servir parte da dívida sem incorrer em elevados custos associados à mobilização de créditos comerciais, cumprindo as suas obrigações com uma outra dívida só que com termos concessionais. Mas é preciso reconhecer que este programa não é a panaceia da insustentabilidade da dívida pública de Moçambique.

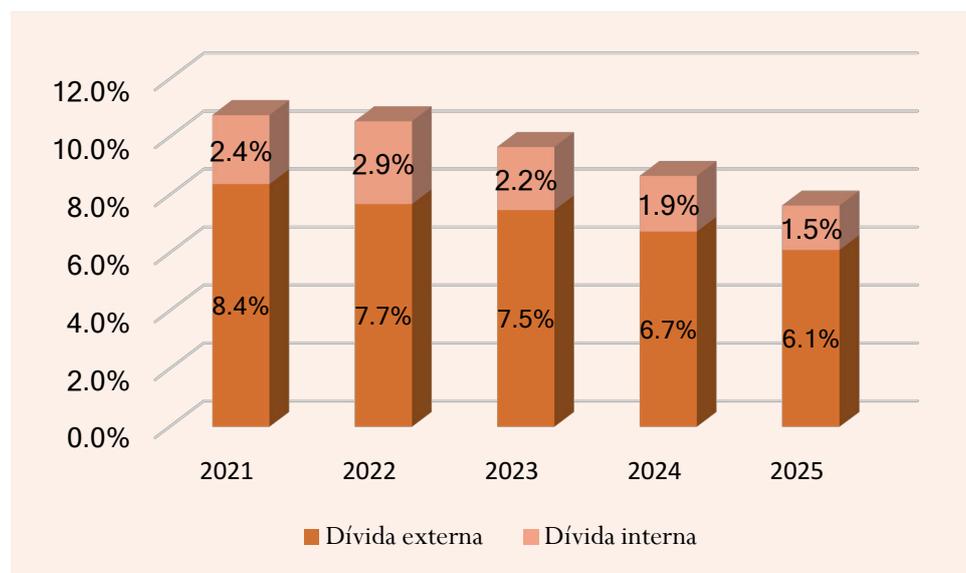
Como se pode depreender, contrariamente à retórica do Governo, o valor aprovado, que representa 150% da quota de Moçambique no FMI, deverá ter um contributo relativamente limitado na alteração da trajectória da dívida pública para níveis sustentáveis, não só pelo facto de o valor ser irrisório relativamente às necessidades existentes, mas também porque, ainda que com termos concessionais (taxa de juros nulas e maturidade mais longa), representa, acima de tudo, a geração de mais endividamento.

Portanto, além da criação de alguma margem

fiscal nas contas do Governo, os principais ganhos provavelmente resultarão do conjunto de reformas previstas no programa com o FMI, incluindo o reforço da gestão e das dívidas das empresas públicas, a melhoria da gestão do risco orçamental e da transparência da dívida, bem como o reforço da gestão das finanças públicas

e do quadro de combate à corrupção. Com efeito, o Cenário Fiscal de Médio Prazo 2023-2025¹ projecta uma melhoria do rácio do stock da dívida pública de 108%, em 2021, para 105,4% do PIB em 2022. Uma tendência que se espera que se mantenha em 2023 e apresente um abrandamento do rácio até 2025 para 76,3% do PIB.

Gráfico 1: Evolução do stock da dívida pública/PIB



Fonte: Cenário Fiscal de Médio Prazo 2023-2025

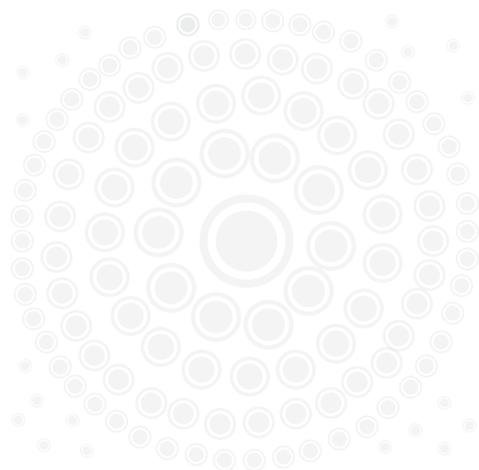
Pelas dificuldades que o Governo tem demonstrado na gestão de fundos desta natureza, e aqui basta recordar o caso mais recente dos desvios de aplicação e pagamentos indevidos reportados pelo Tribunal Administrativo na gestão dos fundos da Covid-19², o CDD defende uma maior transparência na gestão deste que é o primeiro apoio directo ao OE feito pelo FMI desde o escândalo das dívidas ocultas em 2016, com mecanismos de monitoria da alocação dos recursos disponibilizados. Depois do escândalo das dívidas ocultas, a retoma deste apoio deve inaugurar um novo paradigma de transparência

e prestação de contas na gestão das finanças públicas, assegurando, sobretudo, a efectivação do papel fiscalizador da Assembleia da República.

Adicionalmente, tendo em conta os objectivos que orientam o programa com o FMI e a conjuntura marcada por uma tendência de maior deterioração do poder de compra e do padrão de vida das famílias, o Governo deve aproveitar o espaço orçamental que será criado pelos recursos “adicionais”, ainda que limitado, para realizar investimentos prioritários, mormente nos sistemas de protecção social destinados às famílias mais vulneráveis, por forma a ajudá-las a enfrentar a actual crise.

¹ <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/cenario-fiscal-de-medio-prazo-cfmp/cfmp-2023-2025/1618-cenario-fiscal-do-medio-prazo-quadro-macro-fiscal-2023-2025/file?force-download=1>

² <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-tribunal-administrativo-aponta-m%C3%A1-gest%C3%A3o-de-fundos-da-covid-19/a-61374207>



Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Gabriel Manguela</p> <p>📍 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo ☎ +258 21 085 797 ✉ info@cddmoz.org 🌐 www.cddmoz.org 🐦 @CDD_Moz 📺 @CDDMoz 📷 @CDD_Moz</p>	<p>🌐 www.fmo.org.mz ✉ fmomozambique@gmail.com 📘 FMO.Mozambique 🐦 @FMO_Moz 📺 Youtube</p>